

Os dias não são de rosas?

» MARIA ISABEL SALES

Assessora legislativa e racial, formada em direito, jornalista, integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado

Em agosto, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) celebrou 18 anos. A legislação trata das formas de violência doméstica e familiar, da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, das medidas integradas de prevenção, do atendimento policial, das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, a exemplo, ao afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida e trata até da equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras disposições. O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), comunica que um estupro é registrado a cada seis minutos no país. A publicação ainda denuncia que, em 2023, foram 1.467 mulheres mortas por razões de gênero, onde foi identificado aumento nas espécies de agressões como violência doméstica (9,8%), ameaças (16,5%), violência psicológica (33,8%), estupro (6,5%) e perseguição/stalking (34,5%).

Sabe o que é o crime stalking? A Lei nº 14.132 de 2021, de autoria da senadora Leila Barros (que foi vítima do crime), define que perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade terá pena de reclusão, de seis a dois anos, e multa. Todavia, a pena pode ser aumentada se o crime for cometido: contra criança, adolescente ou idoso; contra mulher por razões de condição de sexo feminino; mediante concurso de duas ou mais pessoas ou com o emprego de arma.

Dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* informam que o Brasil registrou, em 2023, um total de 77.083 casos de perseguições contra mulheres, crime conhecido como stalking. Uma ocorrência a cada seis minutos e 48 segundos. Para que o infrator ou a infratora seja processado penalmente, é necessária a manifestação de vontade da vítima. Contudo, outras ações, como medidas protetivas, podem ser solicitadas pela vítima ou representante legal, cabendo ao Poder Judiciário o deferimento.

O presidente Lula sancionou, recentemente, a Lei nº 14.994, de 2024, que aumenta a pena de feminicídio para até 40 anos. Avançar no enfrentamento das mais variadas formas de violências contra meninas e mulheres é dizer sim para a vida — principalmente a



vida de meninas e mulheres negras, as mais violentadas em nossa sociedade.

Investir na educação para não violência nos diversos ambientes — no trabalho, na escola, nas ruas — e a participação política precisam estar na agenda latente, de progresso, em nosso país, para que cenários de crueldade contra meninas e mulheres sejam extintos.

Nesse sentido, e, com o objetivo de fortalecer candidaturas femininas e negras, o Senado Federal, em parceria com os ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial e o governo federal, lançou o *Guia eleitoral para candidaturas femininas e negras*. Assegurar, fomentar e direcionar candidaturas femininas e negras ao acesso a direitos e deveres resguardados no processo eleitoral, que não se inicia no dia das eleições, é fundamental para a plena democracia e o bem viver de todas e todos.

É necessário observar as diretrizes estabelecidas na Convenção Internacional para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e no próprio Estatuto da Igualdade Racial, além de outras

normas que direcionam políticas e ações para a promoção da igualdade de gênero e raça no país.

O guia trata de temas como a identificação de violência política de gênero, o combate e a forma de denúncia, fraude às cotas de gênero e raça, calendário eleitoral, campanha, regras para candidaturas negras, apoio partidário e até mesmo o diálogo e negociação com os partidos políticos.

O Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE), uma extensão do Grupo de Investigação Eleitoral (Giel) da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), registra que, de janeiro de 2019 a maio de 2024, 133 casos de violência política ocorreram no âmbito do Congresso Nacional. Imagina o que acontece em outras esferas de poder?

Distribuir de forma equânime o Fundo Partidário e o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, e o tempo de rádio e televisão, para candidaturas femininas e negras não pode ser uma utopia. Essa é uma ação para o desenvolvimento do Brasil. População negra no país, 54%; mulheres, 51%; mulheres negras, 28%. Acorda, Brasil! Nós queremos viver e bem viver!

2026 é logo ali

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO

Consultor em estratégia

Neste domingo, teremos a disputa de segundo turno em 51 municípios, entre eles, 15 capitais, mas o resultado do primeiro turno trouxe algumas confirmações e a indicação de algumas tendências. Mesmo nos 103 locais com possibilidade de segundo turno, por terem mais de 200 mil eleitores, em pouco mais da metade (52), a parada foi resolvida dia 6 de outubro.

Como apontamos na coluna publicada dia 26 de janeiro deste ano, na imensa maioria dos 5.569 municípios, a polarização nacional não teve peso no voto do eleitor, tendo sido preponderante a discussão de temas locais, bem como a imagem de candidatos e candidatas. Com raras exceções, quem tentou nacionalizar o debate nessas cidades não obteve êxito, até porque, na eleição municipal, a nacionalização interfere, mas não decide.

Outra característica previamente registrada e também validada era o favoritismo à reeleição de prefeitos e prefeitas com avaliações altamente positivas de seus mandatos. Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios, de 3.006 que concorreram, 2.444 foram reeleitos, um percentual superior a 81% de sucesso nas urnas.

Porém, na alta velocidade que marca os tempos atuais, tudo isso é passado. O importante agora é extrair informações e dados que permitam identificar as tendências que marcarão os próximos movimentos políticos com vistas às eleições gerais de 2026.

Quando se olha para o conjunto das prefeituras, é notória a predominância de candidaturas vitoriosas vinculadas a partidos de

centro, centro-direita e de direita. Tomando por base a quantidade de municípios em ordem decrescente, combinado com a de vereadores eleitos, temos o seguinte quadro: PSD — 877, com 6.625 vereadores; MDB — 846, com 8.114 vereadores; PP — 743, com 6.953 vereadores; União Brasil — 578, com 5.490 vereadores; PL — 509, com 4.961 vereadores; Republicanos — 430, com 4.649 vereadores. O total representado por esses seis partidos é de 3.983 municípios, com 37.242 vereadores.

Por esse mesmo critério, os partidos de esquerda e centro-esquerda tiveram o seguinte desempenho: PSB — 307, com 3.593 vereadores; PT — 248, com 3.130 vereadores; PDT — 148 com 2.503 vereadores; PCdoB — 19 com 354 vereadores; Rede — 4, com 172 vereadores; PSol — 0, com 80 vereadores. O total representado por esses seis partidos é de 726 municípios, com 9.832 vereadores.

Outra maneira de avaliar é verificar pelo total de votos obtidos, medidos em milhões. Nesse cenário, em ordem decrescente, temos o seguinte para o primeiro grupo de partidos: PL — 15,7; PSD — 14,5; MDB — 14,4; União Brasil — 11,3; PP — 9,9; Republicanos — 7,4. O total de votos nesses seis partidos foi de 73,2 milhões.

Já no segundo grupo, os números, em ordem decrescente, são: PT — 8,9; PSB — 6,5; PDT — 3,2; PSol — 2,6; PCdoB — 0,3; Rede — 0,1. O total de votos nesses seis partidos foi de 21,6 milhões.

Considerando as duas formas de apuração e fazendo a proporção entre os dois grupos, o primeiro vai administrar 5,5 vezes mais prefeituras, com 3,8 vezes o número de

vereadores e tendo obtido 3,4 vezes mais votos. É uma vantagem gigantesca!

Porém, se é correto afirmar que política eleitoral tem ciência, há que se reconhecer que não se trata de ciência exata. Por isso, não se pode projetar 2026 apenas com base nos números acima, sendo fundamental perceber os movimentos dessas agremiações e de suas principais lideranças.

Nesse sentido, o PSD de Gilberto Kassab sai muito fortalecido dessa disputa, trazendo consigo a vitória em primeiro turno de Eduardo Paes no Rio de Janeiro e a chance de conquistar até seis novas prefeituras no próximo domingo, inclusive Belo Horizonte e Curitiba. Outra liderança política que se cacifou é Tarcísio Freitas, principal responsável por levar Ricardo Nunes ao segundo turno, com reais chances de vitória.

É possível, e também provável, que, nos próximos meses, assistamos aos movimentos para criação de federações partidárias, unindo, por exemplo, PSD e MDB, ou ainda União Brasil, PP e Republicanos. Ao darem esses possíveis passos, estão pavimentando o caminho para se colocarem como atores relevantes nas negociações com os dois polos principais no país: Lula, pelo PT, e Bolsonaro, pelo PL. Além disso, tendem a abrigar futuras candidaturas de viés conservador ao Senado Federal, que renovará dois terços de sua atual composição nas próximas eleições gerais.

Mudando o ponto de vista, é importante analisarmos o quadro de lideranças políticas que emergiram considerando o aspecto geracional. Afinal, o tempo passa para todos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Ciclo perverso

Desde a antiguidade, não é segredo que a diferença entre o remédio e o veneno está na dosagem. Eis aí uma sentença que se aplica tanto para a saúde e o bem-estar humano quanto para manter a economia dentro de parâmetros, digamos, salutares. Lembrando que a má administração econômica de um país pode, facilmente, levar à morte um número incontável de indivíduos. É o caso da sobrecarga tributária e tarifária do Brasil, levada adiante por mais um governo.

Fechadas as contas, fica constatado um novo recorde de arrecadação. Alguns dizem que foi o maior recorde de toda a série histórica do país. Para um governo que insiste em gastar e mostra-se claramente contrário a equações do tipo responsabilidade fiscal, a notícia só serve para incentivar a ilusão de que não há problema em torrar, indefinidamente e cada vez mais, o dinheiro suado dos brasileiros.

Do ponto de vista psicológico, para o contribuinte, essa é uma péssima notícia, pois indica que é preciso adotar medidas urgentes para sobreviver em meio a esse ambiente hostil. O desvario arrecadatário do governo, que segue avançando sem quaisquer escrúpulos nos bolsos da população, é um sinal nítido de perigo imediato à frente.

Ao longo de 2024, houve recorde na arrecadação a cada mês, e a tendência é de que isso vá no mesmo ritmo, ladeira acima até o fim do ano. O mais preocupante é que, mesmo com todo esse volume insano de arrecadação, a economia do país segue no vermelho e com tendência de também prosseguir com resultados ladeira abaixo. Segundo o Instituto Fiscal Independente (IFI), criado pelo Conselho de Assessoramento Técnico do Senado Federal, a dívida pública chegará a 80% do PIB em 2024 e continuará crescendo.

Apesar da arrecadação, as contas públicas seguem no vermelho, com o governo gastando neste ano mais de R\$ 1 trilhão. Os investidores, há muito tempo, perceberam que dessa moita não sai coelho, tratando logo de retirar seus investimentos do país e rumando para lugares onde ainda existem lógica e racionalidade econômica. O dólar não para de aumentar, o real não para de cair, assim como seguem aumentando os índices inflacionários dos alimentos e de tudo mais.

A economia funciona como um relógio suíço. O que não parece funcionar bem é a cabeça daqueles que comandam a economia. Com o aumento da inflação, cresce também a taxa de juros. Por sua vez, as altas taxas de juros pressionam as contas do governo, empurrando-as para o abismo. É o ciclo perverso da economia, provocado por aqueles que, nitidamente, não entendem de economia, usando-a apenas para ajustar modelos políticos e ideológicos, e não modelos matemáticos.

Números, assim como o dinheiro, não aceitam desaforos. Consequências são tudo aquilo que vem depois. No nosso caso, temos, segundo a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, nada menos do que quase 68 milhões de brasileiros na lista dos inadimplentes, devendo até a roupa de baixo. É um número assustador. Com uma massa desse tamanho de devedores, provavelmente haverá uma queda no consumo, puxando a atividade econômica para baixo.

Uma população sem crédito e sem poupança trava o país, lançando-o nas areias movediças da estagnação e do posterior colapso. Economistas concordam que o próximo ano será ainda pior, com um estreitamento cada vez maior das chances de crescimento. O mais estranho é que o governo parece não levar a sério as consequências negativas que uma alta carga tributária pode acarretar num curto período. Uma dessas consequências observadas até aqui é o aumento da informalidade, com pessoas buscando ganhar a vida por conta própria, de preferência, longe da bisbilhotice e gula do governo. Outro mau fruto da sanha arrecadatária é o incentivo à sonegação fiscal, com as pessoas burlando de todas as maneiras o Fisco nacional.

As altas taxas de impostos e tributos induzem também à diminuição da competitividade entre as empresas, tanto internamente quanto no mercado internacional, fazendo do produto brasileiro um item pouco atrativo. Ao final dessa trilha, nada coerente na condução da economia brasileira, onde o governo não enxerga, ou finge ver, que a alta carga tributária ajuda a elevar as alturas a desigualdade social e, por tabela, aumenta ainda os índices de violência, de insegurança, mortes e uma infinidade de outras mazelas. Tudo o que a nova democracia repele nos discursos.

» A frase que foi pronunciada

“Quando o governo teme o povo, há liberdade. Quando o povo teme o governo, há tirania.”

Thomas Jefferson

Além do jardim

Chegou à nossa mesa um elogio ao professor da rede pública André Junior Rosa de Oliveira. Ministra aulas a alunos especiais. Resolveu abrir a sala de aula para ganhar o mundo dos esportes com a meninada. O Comitê Olímpico ficou tão impressionado com a iniciativa que todos os alunos do professor André ganharão uma medalha de participação. É o estímulo e primeiro passo para, quem sabe, as Paralimpíadas.

» História de Brasília

O concreto gasto na Plataforma Rodoviária, daria para fazer uma cobertura em toda a Avenida Rio Branco da Praça Mauá ao Obelisco. (Publicada em 21/4/1962)